

Com Brasil

Limites da Crise

JORNAL DO BRASIL

19 SET 1991

O quadro econômico nacional apresentado ao Conselho da República se compara à minuciosa situação falimentar de uma empresa exposta pelo contador aos membros do Conselho de Administração. No caso, da falência, cabem duas decisões: pedir a concordata preventiva, para a empresa recuperar condições para sair da crise, cortando despesas, demitindo pessoal e fechando unidades improdutivas, ou deixar que algum credor ou fornecedor peça a falência.

Como não é uma empresa, mas o Brasil — ou melhor, o setor público brasileiro —, não existe a hipótese de ser solicitada a falência. A falência de uma empresa é sempre mais visível, mas a insolvência do setor público é percebido pelos 155 milhões de acionistas brasileiros no desmoronamento da Previdência Social, nas estradas deterioradas, nos serviços públicos e na burocracia indolente.

Isso tudo não é novidade para os brasileiros, desde que a ciranda, que há 10 anos financiava o déficit público, perdeu uma das rodas da engrenagem. O suprimento externo de recursos secou com a crise da dívida em 1982, e cada vez ficou mais difícil esconder o problema internamente. O buraco do orçamento público ficou exposto.

O Estado passou a contar apenas com o velho artifício das emissões monetárias e com o giro da dívida pública para financiar seus gastos. A multiplicação de impostos não adiantou, porque a sangria dos gastos continuou, avançando o Estado cada vez mais sobre a poupança que financiava o setor privado, até a recessão final. A ciranda financeira foi aumentando de velocidade, e com ela a inflação, até girar diariamente no *overnight* e arrastar o país para o limiar da hiperinflação, fechando uma década de regressão econômica e social.

Não houve, a rigor, novidade na radiografia

do setor público brasileiro no Conselho da República. Vários dos seus integrantes já a conheciam de governos passados: desde fins de 1982, quando o Brasil recorreu às consultas dos especialistas internacionais do FMI, sabe-se de tudo isso.

A equipe do ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser Pereira elaborou no governo passado um contundente diagnóstico da falência do setor público, e apontou as terapias para o Brasil sanear as finanças públicas, estabilizar a economia e recuperar as condições para o crescimento auto-sustentado.

As intenções saneadoras foram torpedeadas de todos os lados: pelos empresários (que não admitiam recessão), pelo sistema financeiro e pelos sindicatos. Acabaram fulminadas, sob o beneplácito do TST, pelo fogo cruzado do corporativismo do Banco do Brasil e dos militares, sob o comando do chefe do Emfa, general Camarinha. Deu-se a retomada da inflação e do déficit público, ou seja, a falência do Estado.

A doença da nação foi agora novamente exposta ao Conselho criado pela Constituição. A maioria dos conselheiros tem mandato eletivo, todos conhecem a gravidade do problema. Nem todo câncer é fatal, mas se faltar coragem ao doente, aos médicos e à família para enfrentá-lo, evoluirá para a metástase.

A doença do setor público já afetou o comportamento psicossocial do setor privado (empresários e trabalhadores). Mas nem tudo está perdido: a terapia econômica aplicada quase que unilateralmente pelo governo Collor ainda pode salvar o país. Basta que os homens com responsabilidade perante a sociedade dêem a autorização constitucional para a operação das mudanças indispensáveis para devolver a saúde a todo o organismo econômico.